

GÊNERO DO CHEFE DE FAMÍLIA E INCIDÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Stéffany Costa Jardim¹
Pedro Rodrigues Oliveira²
Evandro Camargos Teixeira³
Viviani Silva Lirio⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência do gênero do chefe de domicílio sobre a incidência de trabalho infantil no Brasil no ano de 2016. Para tal, foram utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e um modelo Probit Bivariado, que permite verificar de forma simultânea tal efeito sobre as decisões de inserção das crianças no mercado de trabalho e/ou na escola. Os resultados indicaram que o fato de o chefe de família ser do gênero feminino eleva a probabilidade de que as crianças trabalhem, mas não exerce impacto sobre a probabilidade de que elas frequentem a escola.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Gênero do Chefe de Domicílio; Probit Bivariado.

GENDER OF HOUSEHOLD HEAD AND INCIDENCE OF CHILD LABOR IN BRAZIL

ABSTRACT

The present study aims to analyze the influence of the gender of the head of household on the incidence of child labor in Brazil in 2016. For this purpose, information from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) and a Bivariate Probit model were used, which allows to verify simultaneously this effect on the decisions of insertion of the children in the job market and / or at school. The results indicated that the fact that the head of the family is female increases the likelihood that children will work, but does not impact the likelihood that they will attend school.

Keywords: Child labor; Gender of Head of Household; Bivariate Probit.

JEL: C25; J13; J22

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho infantil⁵ qualifica-se como uma atividade laboral prejudicial ao desenvolvimento físico e mental de qualquer criança, uma vez que prejudica sua infância, seu potencial em termos de acumulação de capital humano e sua

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: steffany.jardim@ufv.br

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: pedro.r.oliveira@ufv.br

³ Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor Adjunto IV do Departamento de Economia da UFV.

E-mail: evandro.teixeira@ufv.br

⁴ Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: vsilirio@ufv.br

⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) proíbe em qualquer condição o trabalho de crianças e adolescentes menores de 13 anos; e permite o trabalho a partir de 14 anos, desde que seja na condição de jovem aprendiz.



dignidade. Todavia, nem toda forma de trabalho pode ser considerada como trabalho infantil, sendo este limitado a uma atividade mental, física, social ou moralmente perigosa para as crianças, que interfere em sua escolarização e as priva de oportunidades, fazendo com que elas abandonem a escola ou tenham que conciliar a rotina escolar com o trabalho.

O “fenômeno” do trabalho infantil configura-se como um dos maiores problemas sociais e conseqüentemente entaves ao processo de desenvolvimento econômico de muitos países, incluindo o Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que no período entre 1992 e 2015 houve redução de 68% no número de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos que exerciam atividades laborais. Entretanto, em 2015, existiam 2,7 milhões de crianças e adolescentes submetidas ao trabalho infantil no Brasil, em especial nas regiões Nordeste (852 mil crianças) e Sudeste (854 mil crianças). O grupo de maior prevalência eram os pretos e pardos (66,2%) e cerca de 49,83% das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil apresentavam rendimento mensal per capita menor do que meio salário mínimo.

A Economia é uma das Ciências que tem analisado a evolução do trabalho infantil e através de modelos econométricos detectado aspectos importantes que o determinam, como a pobreza, a escolaridade dos pais, o sexo do chefe da família, o local de residência dos indivíduos, dentre outros fatores.

Dos aspectos que conferem maior explicação a incidência de trabalho infantil, destacam-se, além de fatores socioeconômicos, as características das famílias, em especial dos pais. Kassouf (2001), ao analisar as causas do trabalho infantil para o Brasil, concluiu que a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe do domicílio, a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência são importantes determinantes para explicar a alocação do tempo da criança no trabalho. Dessa forma, eleva-se a relevância de se discutir a incidência de trabalho infantil não apenas como resultado de fatores econômicos, mas também condicionado pelas experiências dos pais e pela própria estrutura familiar.

Nesse sentido, alguns estudos relacionam a existência de trabalho infantil com o sexo do chefe do domicílio, encontrando resultados importantes. Kassouf (2001) afirma que nos principais estudos em que se considerou o sexo da pessoa de referência como determinante do trabalho infantil, observou-se que domicílios onde a

mulher era chefe possuíam maior probabilidade de ocorrência do “fenômeno”. Entretanto, ainda não existe consenso na literatura referente ao tema, tanto no âmbito internacional quanto nacional.

No geral, conforme Antunes (2001), o modelo de estrutura familiar onde as mulheres são chefes dos domicílios denota a existência de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, na maioria das culturas, a mulher ocupa o posto de chefe da família somente na ausência ou na invalidez do homem. Desse modo, com a subtração de um agente que contribuía para a composição da renda familiar e levando-se em consideração o menor rendimento relativo das mulheres chefes de família, sua jornada dupla de trabalho e maior razão de dependência, o trabalho infantil se torna importante na complementação da renda domiciliar (DeGRAFF, BILSBORROW, 1993).

Assim, uma vez que os estudos apontam que o fato de o chefe de domicílio ser do sexo feminino pode impactar sobre a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil, é importante analisar como essa estrutura familiar tem vigorado no caso brasileiro.

No país, houve grande transformação social no século XX, resultante do estabelecimento de uma sociedade urbano-industrial, que teve como uma de suas consequências o aparecimento de novas configurações familiares, sendo uma delas a mudança na chefia dos domicílios. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no período de 2001 a 2015, a proporção de famílias chefiadas por homens diminuiu de 72,6% em 2001 para 59,5% em 2015, enquanto a proporção de famílias chefiadas por mulheres subiu de 27,4% em 2001 para 40,5% em 2015. De acordo com Berquó (2001), famílias chefiadas por mulheres são de forma geral monoparentais, onde as mulheres são majoritariamente separadas, jovens, negras, pobres e com baixo nível educacional. Tais resultados são corroborados por Mendes (2002) e Antunes (2001).

Não faz parte do escopo desse estudo tratar dos fatores que levaram as mulheres a ocuparem em maior proporção a função de chefe dos domicílios, mas observando-se os dados desagregados regionalmente é possível verificar que essa evolução se deu de forma bastante homogênea entre as regiões brasileiras, apesar da elevada disparidade econômica entre as mesmas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015), enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste

ficaram um pouco abaixo da média, a região Sudeste se posicionou muito próximo a média e as regiões Norte e Nordeste aparecem com os maiores percentuais.

Levando-se em consideração os fatores que podem contribuir para a ocorrência do trabalho infantil e tendo ciência do perfil dos chefes dos domicílios brasileiros, torna-se de extrema importância analisar como o fato do chefe de família ser do sexo feminino pode impactar na ocorrência do trabalho infantil, uma vez que pode suscitar atenção da sociedade e das autoridades governamentais, embasando a formulação de políticas públicas.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo central analisar a influência de lares chefiados por mulheres na determinação da probabilidade de ocorrência de trabalho infantil no Brasil no ano de 2016. Para tal, são utilizados dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Não foram encontrados na literatura referente ao tema estudos que objetivassem analisar diretamente a influência do gênero do chefe de domicílio sobre a ocorrência do trabalho infantil. Ademais, a metodologia a ser utilizada permite verificar tal influência simultaneamente sobre duas decisões: inserir a criança no mercado de trabalho e/ou na escola. Os resultados obtidos podem ser bons indicadores das condições socioeconômicas e da estrutura familiar vivenciadas nos lares brasileiros que, por consequência, influenciam a alocação do menor entre a atividade laboral e os estudos, podendo assim fomentar o desenvolvimento de políticas públicas que visem erradicar o trabalho infantil no Brasil.

Além dessa seção introdutória, a próxima apresenta evidências empíricas referentes a temática. Na terceira seção, é apresentada a metodologia, sendo sucedida pelos resultados e considerações finais.

2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A literatura referente à temática do trabalho infantil é bastante vasta, principalmente na área das Ciências Econômicas, onde os autores analisam proeminente os determinantes do trabalho infantil e as consequências para a acumulação de capital humano e rendimentos na fase adulta para as crianças que exercem atividade laboral.

Nesse sentido, existem diversos fatores, com relativo consenso na literatura, que podem influenciar a probabilidade de uma criança trabalhar, entre eles a

pobreza, se o domicílio onde a mesma reside se localiza no meio urbano ou rural, o tamanho da família, o nível educacional dos pais, e etc. No entanto, existe um aspecto que não apresenta consenso, podendo condicionar tanto positivamente como negativamente a existência de trabalho infantil, que é o gênero do chefe do domicílio.

Existem estudos que demonstram que o fato de os domicílios ser chefiado por mulheres aumenta a probabilidade de que os filhos trabalhem, uma vez que estes tendem a apresentar maiores vulnerabilidades, representadas pelas condições precárias de moradia, razão de dependência elevada, dentre outros fatores (NOGUEIRA, 2004).

A relação entre trabalho infantil, escolaridade e variáveis socioeconômicas é muito explorada na literatura internacional. Autores como DeGraff e Bilsborrow (1993) estudaram para o Equador a influência de lares chefiados por mulheres e a presença das crianças na escola. Através da técnica estatística de análise multivariada, os autores constataram que crianças residentes em domicílios chefiados por mulheres divorciadas e viúvas eram mais propensas a não frequentarem a escola e a trabalhar. Tal resultado é argumentado pelo fato de que nestes casos a ausência do cônjuge pode indicar uma mudança brusca na dotação orçamentária da família, o que seria um incentivo para que as crianças deixassem as escolas e engajassem em atividades laborais com o objetivo de complementar a renda familiar. A ausência do pai como um fato de influência ao trabalho infantil também é observada por Webbink et al. (2010) ao analisarem os determinantes do trabalho infantil nos países em desenvolvimento na África e na Ásia; e por Patrinos e Psacharopoulos (1995), ao analisarem os determinantes da escolaridade e do trabalho infantil no Paraguai.

Gazaleh et al. (2004) promoveram uma revisão analítica da literatura existente sobre a relação entre educação, gênero e trabalho infantil no Egito. Os autores apontam que o trabalho infantil é mais comum nos lares chefiados por mulheres, sendo a incidência do “fenômeno” em 3,0% nos lares chefiados por homens e de 4,6% naqueles chefiados por mulheres. Ao mesmo tempo, a frequência escolar também é menor nos lares com mulheres chefes. Os autores alegam que na maior parte dos estudos qualitativos, domicílios chefiados por mulheres são frequentemente observados como aqueles com mais vulnerabilidades entre os

pobres. Adicionalmente, em lares chefiados por viúvas, oriundas de famílias de baixa renda e com mais de três filhos, a probabilidade de ser pobre é ainda maior, o que representa elevada vulnerabilidade desses domicílios.

Tal relação também é observada em outros estudos para a América Latina, como aquele realizado por Psacharopoulos (1997), que buscou identificar os determinantes do trabalho infantil na Bolívia e Venezuela, assim como sua conexão com a frequência escolar das crianças. O autor observou que duas variáveis se destacaram na determinação da probabilidade de trabalho infantil na Bolívia: o fato de a criança ser indígena e habitar em uma casa chefiada por mulher. Para as crianças que trabalham, residir em um domicílio chefiado por mulher pode ainda elevar em 5% suas chances de apresentar desempenho escolar insatisfatório. Na Venezuela, os resultados são similares, com exceção do fato de que a chefia domiciliar feminina não influencia o desempenho escolar da criança que exerce atividade laboral.

Na literatura nacional, apesar de não ser o foco dos trabalhos que analisam esse “fenômeno”, alguns estudos têm como resultado a influência do gênero do chefe de domicílio sobre a ocorrência de trabalho infantil, como é o caso de Mendes (2016). Tendo como objetivo analisar as Zonas Especiais de Interesse Sociais (ZEIS) da cidade de Recife, a autora observou que as mulheres chefes de domicílios haviam sido submetidas ao trabalho quando crianças, o que refletiu em danos em seu processo de aprendizagem e formação, tendo como consequência ocupações no mercado informal e em formas precarizadas de trabalho. Segundo Wahba (2006), isso faz com que tais mulheres percebam o trabalho infantil com maior naturalidade, engajando seus filhos em atividades laborais e perpetuando a “armadilha intergeracional da pobreza”.

Nogueira (2004) faz uma análise dos condicionantes do trabalho infantil nas regiões metropolitanas brasileiras na década de 1990. A autora constatou que os principais setores que utilizavam mão de obra infantil eram aqueles onde havia maior presença de informalidade e que um determinante importante do trabalho infantil era o fato do chefe do domicílio ser mulher. Isso se justifica pelo fato de que nesses lares se encontram as maiores carências, como condições precárias de moradia, menor nível de renda, maior razão de dependência, entre outras características.

Por sua vez, Cardoso e Souza (2004) analisaram o impacto das transferências de renda advindas do programa “Bolsa Escola” sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil e a frequência das crianças na escola entre 1996 e 2000. Os autores encontraram que este programa de transferência de renda não exerceu influência sobre as probabilidades de incidência de trabalho infantil, porém atuou de forma positiva como um determinante da participação das crianças na escola. Além disso, dentre as variáveis de controle utilizadas para estimar o modelo probabilístico, os autores observaram que a variável que demora o fato de o domicílio ser chefiado por mulheres exerceu influência negativa sobre a probabilidade de que as meninas trabalhassem e impacto positivo sobre a probabilidade de que os meninos laborassem.

Em menor proporção, existem trabalhos que apontam relação negativa entre o fato de o domicílio ser chefiado por uma mulher e a probabilidade de a criança trabalhar. Nesse sentido, Okurut e Yinusa (2009) utilizaram um modelo *Logit* multinomial para verificar os determinantes do trabalho infantil e da escolaridade em Botswana, África. Os resultados demonstraram que o fato de o chefe de domicílio ser do sexo feminino diminuía as chances de que as crianças exercessem atividades laborais e estudassem ao mesmo tempo. Os autores creditam esse resultado a maior valorização da escolarização das crianças por parte das mulheres naquele país, que parece relacionado ao próprio *background* histórico de Botswana. Neste país, os homens usualmente trabalham nas minas do Sul Africano e o cuidado com o lar fica a cargo das mulheres, que encaminhavam as filhas para escola e os filhos para atividades laborais, o que teve como consequência, em um processo temporal, que as mulheres fossem mais escolarizadas.

A valorização da escolaridade das crianças por parte das mulheres é também observada por Buvinić e Gupta (1997), ao realizarem um estudo no intuito de analisar a relação entre famílias chefiadas por mulheres e indicadores de pobreza e vulnerabilidade nos países em desenvolvimento. Os autores observaram que apesar dessas famílias tenderem a possuir menor nível de renda devido à discriminação no mercado de trabalho e a própria falta de um agente que contribuísse para a complementação da renda familiar, em famílias chefiadas por mulheres há maior incentivo para que os filhos estudem e que a alocação do tempo em atividades

laborais só ocorra quando a vacância do homem no domicílio repercute em nível de renda insuficiente para a sobrevivência.

A partir dos estudos apresentados acima, observa-se que a influência da chefia feminina de domicílio pode agir como um forte indicativo das características socioeconômicas as quais os indivíduos estão submetidos, como pobreza e vulnerabilidade social, assim como é reflexo do *background* histórico dos países em relação às funções desempenhadas por homens e mulheres e a forma como estes recebem incentivos no que tange, por exemplo, o nível educacional e a participação no mercado de trabalho.

Sendo assim, torna-se relevante investigar o impacto do gênero do chefe de família sobre o trabalho infantil no Brasil em 2016, haja vista a mudança social em termos de composição e estrutura familiar das funções desempenhadas por homens e mulheres no país, que podem refletir nas ocupações e rendimentos no mercado de trabalho. Os resultados podem trazer um panorama do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro e servir de embasamento para políticas públicas, que visem a redução e erradicação do trabalho infantil.

3 METODOLOGIA

3.1 Especificação do modelo econométrico

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência do gênero do chefe de domicílio sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil no Brasil. Como verificado na revisão de literatura, a presença de crianças em atividades laborais pode afetar a frequência escolar dos mesmos, uma vez que ambas decisões, de inserir a criança no mercado de trabalho e de enviá-las para a escola, são realizadas simultaneamente pela família. Emerson e Souza (2003) afirmam que os pais decidem alocar os filhos na atividade laboral apenas se a contribuição da criança para o consumo atual supera os benefícios do consumo futuro de se manter a criança na escola.

Diante do que fora mencionado, percebe-se a necessidade de se estimar um modelo em que se possa analisar simultaneamente a influência do gênero do chefe de domicílio sobre a probabilidade de incidência de trabalho infantil e sobre a frequência escolar das crianças, visto que são decisões concomitantes. Para a

modelagem, assume-se que essas decisões são tomadas de forma a comparar a utilidade dos eventos, ou seja, a probabilidade de que a criança seja inserida no mercado de trabalho é igual a probabilidade de que a utilidade desta opção seja maior do que quando a criança não trabalhe (CUEVAS, 2018). De maneira análoga, a criança frequenta a escola se a família observar uma maior utilidade em comparação a não frequência escolar.

Como se trata da análise das probabilidades de ocorrência de determinados eventos, onde a variável dependente é binária, que assume valor 1 caso o evento ocorra, e 0 caso contrário, os modelos de escolha qualitativa se mostram como os mais adequados para realizar a estimação. Sendo assim, nesse estudo, optou-se por um modelo *Probit Bivariado*, uma vez que o modelo assume a simultaneidade da decisão dos dois eventos e permite a estimação conjunta de dois *Probit* univariados (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Este modelo leva em consideração a correlação nos termos de erro das duas equações a serem estimadas, dado que os fatores não observáveis que impactam a probabilidade de a criança exercer atividade laboral podem impactar também a probabilidade de que ela frequente a escola.

Assim, define-se a variável latente Y_1^* , que se refere à utilidade obtida a partir do trabalho da criança e Y_2^* , referente ao ganho de utilidade proveniente da frequência escolar. As variáveis latentes não observadas Y_1^* e Y_2^* são definidas por duas variáveis binárias: Y_1 , que assume valor igual a 1 caso a criança exerça atividade laboral, e 0 caso contrário; e Y_2 , caso a mesma frequente a escola, e 0 caso contrário. As equações a serem estimadas são definidas abaixo:

$$Y_{1i}^* = \beta_1 X_i + u_i \quad (1);$$

$$Y_{1i} = 1 \text{ se } Y_{1i}^* > 0; \quad Y_{1i} = 0 \text{ caso contrário};$$

$$Y_{2i}^* = \beta_2 X_i + u_i \quad (2);$$

$$Y_{2i} = 1 \text{ se } Y_{2i}^* > 0; \quad Y_{2i} = 0 \text{ caso contrário}$$

Em que β_1 e β_2 medem o impacto das variáveis explicativas sobre a variável dependente; X_i é o vetor de variáveis explicativas, que no presente estudo são fatores socioeconômicos, demográficos e relacionados a estrutura familiar; u_i é o termo de erro, que segue distribuição normal, com média 0 e variância homocedástica. As variáveis explicativas são apresentadas e descritas na subseção posterior.

A estimação simultânea deste modelo leva a quatro resultados diferentes, excludentes entre si e com as respectivas estimativas de probabilidade: a criança trabalha e não estuda; estuda e não trabalha; trabalha e estuda; ou não estuda nem trabalha. Este modelo fornece vantagens à medida que permite analisar o que as famílias levam em consideração no momento de decidir sobre a alocação das crianças entre trabalho e estudo, verificando se o gênero do chefe de domicílio tem importância para determinar tanto um evento quanto o outro. As equações são estimadas por meio de duas especificações: a primeira contém como variável explicativa apenas o gênero do chefe de domicílio, foco desse trabalho; já a segunda inclui as demais variáveis socioeconômicas, a fim de conferir robustez ao modelo e identificar quais outros fatores podem ter influência sobre a ocorrência do trabalho infantil e de frequência escolar e, assim, fornecer subsídios para formulação de políticas públicas.

3.3 Fonte dos dados e descrição das variáveis

Para realizar este estudo foram utilizados os dados de domicílios brasileiros para o ano de 2016 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Esta pesquisa é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e produz indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e anuais sobre temas suplementares, tendo sua implementação ocorrida em 2012. Além de informações conjunturais sobre tendências e flutuações da força de trabalho, a PNADC investiga trimestralmente outros indicadores relacionados aos temas de pesquisa. Assim, em 2016, a pesquisa contou com indicadores sobre o trabalho infantil de crianças e adolescente entre 5 e 13 anos de idade disponíveis em sua 5ª visita. Cabe ainda ressaltar que o referido ano é o último disponível com informações relativas a incidência de trabalho infantil na PNADC, o que justifica sua consideração nesse trabalho.

É importante salientar que a PNADC realiza entrevistas nos domicílios brasileiros selecionados por trimestres consecutivos, uma vez a cada trimestre, e para este tema foram acumulados os dados da quinta entrevista. Estes dados coletados pela PNADC, entretanto, não são colhidos de forma aleatória, sendo a amostra definida por um processo de amostragem complexa, que confere às observações o caráter de estratificação, conglomeração, probabilidades desiguais de

seleção e ajustes dos pesos para calibração. Desta forma, é possível construir um recorte amostral verossímil à média populacional. Assim, através da amostragem complexa é possível levar em consideração aspectos relevantes, que podem conferir heterogeneidade aos dados coletados, como distribuição geográfica desigual de informações, indivíduos em diferentes condições em um mesmo domicílio, dentro outros fatores (SILVA; PESSOA; LILA, 2002).

Definida a fonte dos dados, analisa-se as variáveis a serem utilizadas no estudo. Para o modelo bivariado, tem-se duas variáveis dependentes binárias: *trab_inf*, que assume valor igual a 1 caso a criança tenha realizado atividade laboral no período de análise, e 0 caso contrário; e a variável *estuda*, que assume valor igual a 1 se a mesma frequentou a escola no período observado, e 0 caso contrário. Em ambos os modelos foram incluídas a variável explicativa *gen_chefe*, também binária, assumindo valor igual a 1 se o chefe de domicílio é do sexo feminino, e 0 caso contrário, com intuito de averiguar de que forma esta característica pode impactar a ocorrência ou não do trabalho infantil. Na Tabela 1, abaixo, são sumarizadas todas as variáveis utilizadas no trabalho, bem como suas descrições.

Tabela 1 - Descrição das variáveis utilizadas no modelo *Probit Bivariado*

Variáveis	Descrição
<i>Variáveis Dependentes</i>	
<i>trab_inf</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso a criança estivesse ocupada na semana de referência, e 0 caso contrário.
<i>estuda</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso a criança frequentasse a escola na semana de referência, e 0 caso contrário.
<i>Variáveis Explicativas</i>	
<i>gen_chefe</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência no domicílio é do sexo feminino, e 0 caso seja do sexo masculino.
<i>estudo_chefe</i>	Anos de estudo da pessoa de referência.
<i>num_pes</i>	Número de pessoas residentes no domicílio.
<i>ocupada</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se o chefe de domicílio estava ocupado na semana de referência, e 0 caso contrário.
<i>renda</i>	Rendimento mensal efetivo proveniente do trabalho principal para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

<i>urbano</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se o domicílio de residência está localizado em zona urbana; e 0 em zona rural.
<i>sexo</i>	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 se a criança for do sexo feminino, e 0 se for do sexo masculino.
<i>idade</i>	Idade das crianças, limitada entre 5 e 13 anos.

Fonte: Elaboração própria.

Além da variável de gênero do chefe de domicílio, foco do presente estudo, foram incluídos outros fatores socioeconômicos, que de acordo com a literatura, podem influenciar a ocorrência do trabalho infantil e a frequência das crianças na escola. Nesse sentido, a variável *estudo_chefe* é referente aos anos de estudo da pessoa de referência e espera-se, seguindo estudos como o de Emerson e Souza (2003), Khanam (2004) e Nogueira (2004), que esta variável tenha impacto negativo sobre a ocorrência de trabalho infantil e positivo sobre a frequência do menor na escola.

Por sua vez, a variável *num_crianças* refere-se ao número de crianças presentes no domicílio e espera-se que a mesma possua impacto positivo sobre a probabilidade de que a criança trabalhe e negativo sobre as chances de que ela frequente a escola, como sugerido pelos trabalhos de Barros e Santos (1991), Leme e Wajnman (2000) e Okurut e Yinusa (2009).

Adicionou-se também a variável *ocupada*, referente à ocupação do chefe de domicílio, no intuito de verificar em que medida o fato de o chefe de domicílio estar ocupado pode influenciar o “fenômeno” em análise; e espera-se que tal variável tenha impacto negativo sobre o trabalho infantil e positivo sobre a frequência escolar. Esse efeito esperado segue o pressuposto de Basu e Van (1998) de que os filhos só irão trabalhar se a família não conseguir manter as necessidades básicas, sendo assim, a ocupação do chefe de domicílio pode representar a capacidade da família em se sustentar.

A variável *renda* refere-se ao rendimento proveniente do trabalho e espera-se que quanto mais elevado for este, menor a probabilidade de que a criança exerça atividade laboral e maior de que ela frequente a escola, como apontado por Knaul (2001). Já *urbano* é uma variável que representa a região de moradia da criança e espera-se que o fato de residir em região urbana diminua as chances de que a

criança trabalhe e aumente a probabilidade de que ela estude, como apontam os trabalhos de Emerson e Souza (2003) e Cummings (2016).

Por fim, têm-se duas variáveis que representam características das crianças, que são a *idade*, que representa a idade da criança e espera-se que quanto mais velha ela for, maior a probabilidade de inserção em atividades laborais e menor de estar na escola, como observado nos trabalhos de Patrinos e Psacharopoulos (1995) e Cummings (2016); e a variável *sexo*, em que se espera efeito positivo, ou seja, o fato da criança ser do sexo feminino diminua a probabilidade de que ela trabalhe e aumente as chances de frequência na escola, como sugerem os trabalhos de Emerson e Souza (2003), Okurut e Yinusa (2009) e Cummings (2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentadas as características gerais da amostra estudada, assim como os principais resultados econométricos obtidos com a estimação do modelo *Probit* Bivariado e a discussão dos mesmos.

4.1 Análise Descritiva

Inicialmente, esta subseção dedica-se a apresentar as estatísticas descritivas da amostra utilizada, bem como caracterizar o perfil das crianças que trabalhavam no Brasil em 2016, assim como as características do ambiente em que viviam e dos seus responsáveis.

A amostra utilizada contempla indivíduos de 5 a 13 anos de idade que participaram da PNADC em 2016. A estes se associam, além de informações pessoais, variáveis referentes ao ambiente em que residem, bem como características da pessoa de referência nos seus domicílios, tais como gênero, anos de estudo, se o (a) mesmo (a) estava ocupado (a) ou não na semana de referência, entre outras. Assim, a base de dados contempla 59.887 observações.

Das 59.887 crianças presentes na amostra, 20.316 exerciam atividade laboral na semana de referência da pesquisa, sendo que este total engloba aquelas que exerciam trabalho remunerado e as que praticavam atividade doméstica. A maioria das crianças que trabalhavam no período em análise realizava trabalho doméstico (33,76%), enquanto 0,16% exerciam trabalho remunerado. Em relação ao nível de

escolaridade, 98,48% das crianças presentes na amostra frequentavam a escola, como indica a Tabela 2.

Analisando-se de forma mais pormenorizada as crianças que realizavam trabalho infantil em 2016, é possível observar através da Tabela 3 que do total de 20.316 crianças que exerciam tal atividade, 54,93% possuíam entre 11 e 13 anos e 57,46% eram do sexo feminino. Esta última informação pode estar associada ao fato de que a atividade doméstica é a modalidade de trabalho preponderante na amostra e configura-se como uma atividade tipicamente feminina⁶. Este resultado vai ao encontro do trabalho de Nogueira (2004), que ao analisar o trabalho infantil nas regiões metropolitanas brasileiras, observou que as meninas trabalhavam predominantemente nos serviços domésticos. Cummings (2016) obteve o mesmo resultado para ao analisar o trabalho infantil no México.

Tabela 2 - Perfil das crianças de 5 a 13 anos, segundo a PNADC 2016

Variáveis	Frequência	%
Faixa Etária		
5 – 7 anos	18.516	30,92
8 – 10 anos	20.005	33,4
11 – 13 anos	21.366	35,68
Total	59.887	100,0
Gênero		
Feminino	29.167	48,70
Masculino	30.720	51,30
Total	59.887	100,0
Tipo de Trabalho		
Trabalho Doméstico	20.217	33,76
Trabalho Remunerado	99	0,16
Não Trabalha	39.571	66,08
Total	59.887	100,0
Situação Escolar		
Estuda	58.979	98,48
Não Estuda	908	1,52
Total	59.887	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (2016).

⁶ Ver Kassouf (2007) e Burra (1997).

Adicionalmente, pretos e pardos representavam 64,57% das crianças e adolescentes que trabalhavam na amostra. Tal condição também é constatada por Helal (2010) em um estudo da tendência do trabalho infantil no Brasil nos anos de 1996 e 2005, onde observou-se que pretos e pardos representavam a maioria das crianças entre 10 a 14 anos que exerciam atividade laboral em ambos os anos, e que houve crescimento de crianças não brancas envolvidas em trabalho infantil no período, enquanto ocorreu um decréscimo do trabalho para as crianças brancas. Por fim, 55,1% das crianças que exerciam atividade laboral infantil possuíam renda mensal per capita de até meio salário mínimo⁷. Nesse sentido, a pobreza é apontada na literatura como fortemente relacionada ao trabalho infantil devido à necessidade de contribuição financeira por parte das crianças na família. Autores como Knauth (2001) argumentam que o aumento de renda diminui a necessidade da contribuição financeira da criança e com isso a família adquire disponibilidade para investir na educação destas. Logo, uma renda familiar per capita mais elevada levaria os pais a alocarem maior tempo dos filhos para a escolarização, em detrimento ao trabalho.

Além das informações supracitadas, também é importante verificar quais as condições em que as crianças contidas na amostra se encontravam, uma vez que além do gênero do chefe de família, que é o interesse principal do estudo, outras questões como o fato de o chefe de família estar ocupado (a), seu nível de escolaridade, área de residência e número de pessoas no domicílio são apontados como características que influenciam a probabilidade de uma criança estudar e/ou trabalhar.

⁷ O Salário Mínimo em 2016 era de R\$ 880,00.

Tabela 3 - Perfil das crianças de 5 a 13 anos que trabalhavam, segundo a PNADC 2016

Variáveis	Frequência	%
Faixa Etária		
5 a 7 anos	2.494	12,28
8 a 10 anos	6.662	32,8
11 a 13 anos	11.160	54,93
Total	20.316	100,0
Gênero		
Feminino	11.675	57,47
Masculino	8.641	42,53
Total	20.316	100,0
Cor/Raça		
Brancos e Amarelos	7.197	35,4
Pretos e Pardos	13.119	64,6
Total	20.316	100,0
Renda Mensal Per Capita		
Até ½ S.M.	11.186	55,1
Maior que ½ S.M. e menor que 1 e ½ S.M.	7.254	35,7
Maior que 1 e ½ S.M.	1.876	9,23
Total	20.316	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (2016).

Assim, a Tabela 4 apresenta as referidas informações e é possível perceber que as mulheres são a pessoa de referência em 36,26% dos lares. Em relação a ocupação do (a) chefe de família, é possível observar que 93,48% estavam ocupados (as) na semana de referência. Além disso, analisando-se os grupos de anos estudo da pessoa de referência, nota-se que 36,07% possuíam entre 0 e 5 anos de estudo, 28,29% entre 6 e 10 anos de estudo e 35,66% entre 11 e 16 anos de estudo. Por fim, a maioria das crianças (67,78%) residia em área urbana e 65,63% dos lares em que essas crianças moravam possuíam de 4 a 6 pessoas no domicílio.

A partir do que fora exposto acima, é possível identificar o perfil das crianças que realizam trabalho infantil no Brasil em 2016 e quais são os fatores associados ao ambiente de moradia e aos seus pais ou responsáveis, que podem impactar nas

probabilidades de as mesmas trabalharem. Isto posto, a próxima subseção tem como objetivo analisar os resultados que determinam as probabilidades de que as crianças trabalhem e/ou estudem, de acordo com as características já tratadas nesta subseção.

Tabela 4 - Características das pessoas de referência e dos domicílios, segundo a PNADC 2016

Variáveis	Frequência	%
Características da Pessoa de Referência		
Gênero		
Feminino	21.713	36,26
Masculino	38.174	63,74
Total	59.887	100,0
Ocupação		
Ocupado (a)	43.192	93,48
Não Ocupado (a)	3.012	6,52
Total	46.204¹	100,0
Anos de Estudo		
0 a 5 anos	21.601	36,07
6 a 10 anos	16.937	28,28
11 a 16 anos	21.349	35,65
Total	59.887	100,0
Características do Domicílio		
Situação do Domicílio		
Urbano	40.590	67,78
Rural	19.297	32,22
Total	59.887	100,0
Número de Pessoas no Domicílio		
1 a 3	13.520	22,58
4 a 6	39.303	65,63
7 ou mais	7.064	11,81
Total	59.887	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC (2016).

Nota: ¹ A diferença entre este total e o total da amostra refere-se aos indivíduos que não se aplicam a nenhuma das duas opções, segundo a PNADC (2016).

4.2 Resultados Econômicos

Como descrito na seção metodológica, com o intuito de estimar o efeito do fato de a pessoa de referência no domicílio ser mulher sobre a probabilidade de uma criança trabalhar e/ou estudar foi estimado um modelo *Probit* Bivariado e posteriormente analisados seus efeitos marginais em quatro cenários de probabilidades distintos, sendo eles: a probabilidade de que criança trabalhe e estude; trabalhe e não estude; não trabalhe e estude e, por fim, não trabalhe e nem estude.

O Teste de Wald foi empregado para assegurar que o modelo estimado se mostra globalmente significativo. Desse modo, foi possível rejeitar ao nível de 1% de significância a hipótese nula de que pelo menos um dos coeficientes das variáveis explicativas eram estatisticamente iguais a zero. Assim, o modelo *Probit* Bivariado estimado, vide Tabela 5, apresenta boa capacidade preditiva.

Os resultados demonstram que o gênero da pessoa de referência do domicílio possui efeito estatisticamente significativo somente sobre as probabilidades de a criança trabalhar, como apresentado por Nogueira (2004). Percebe-se, assim, que o fato de a pessoa de referência ser mulher exerce efeito positivo sobre as chances de que as crianças exerçam atividades laborais. Segundo Nogueira (2004) e Gazaleh et al. (2004), quando a mulher é a pessoa de referência do domicílio, isto pode implicar em uma realidade de vulnerabilidade socioeconômica, que conduz as crianças a trabalharem para fins de complementação da renda familiar mensal, auxílio na manutenção dos domicílios e cuidados com a família.

Nesse sentido, de acordo com DeGraff e Bilsborrow (1993), esta realidade de vulnerabilidade socioeconômica se deve, dentre outros fatores, à discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho, onde estas não somente encaram dificuldades de encontrar emprego, como também costumam receber salários menores. Além disso, muitas vezes o fato de a mulher ser a pessoa de referência pode ser um indicativo da ausência ou invalidez do cônjuge dentro de um domicílio, o que não só pode implicar em redução da dotação orçamentária familiar mensal, como também pode aumentar a razão de dependência na família.

Além disso, Mendes (2016) aponta que as mulheres que chefiam domicílios, quando crianças, tendiam a apresentar maior probabilidade de serem submetidas a atividades laborais e isso, segundo Wahba (2006), faz com que elas percebam o

trabalho infantil com maior naturalidade, perpetuando o que ficou conhecido como “armadilha intergeracional da pobreza”.

Tabela 5 - Resultados econométricos

Variável	Coeficiente	
	Probabilidade de Trabalhar	Probabilidade de Estudar
<i>Mulher como Pessoa de Referência</i>	0,0508675** (0,0243975)	0,03852NS (0,0602599)
<i>Anos de Estudo da Pessoa de Referência</i>	-0,0055031** (0,0027164)	0,0390643*** (0,0080922)
<i>Pessoa de Referência Ocupada</i>	-0,0390462NS (0,0417331)	0,0282579NS (0,0907231)
<i>Número de Pessoas no Domicílio</i>	-0,0668174*** (0,0084722)	-0,0082592NS (0,016589)
<i>Renda Urbano</i>	0,0014564 NS (0,0139913)	0,0371132NS (0,0439088)
<i>Idade</i>	-0,1133947*** (0,02243265)	0,0255002NS (0,0610678)
<i>Gênero</i>	0,1993393*** (0,0036057)	0,1510513*** (0,0152312)
<i>Constante</i>	-0,317382*** (0,0188073)	-0,0197757NS (0,0571719)
	-1,674752*** (0,09899)	0,453957* (0,2414622)

Número de observações: 59.887

Notas: *= p<0,01; **= p<0,05; ***= p<0,1 e NS indica não significância.

Erros padrão entre parênteses.

Fonte: Elaboração própria.

No que tange as demais variáveis de controle, aquela que mensura o nível de escolaridade da pessoa de referência, medida por seus anos de estudo, apresentou-se estatisticamente significativa em ambos os casos estudados, exercendo influência negativa sobre a probabilidade de a criança trabalhar e positiva em sua probabilidade de estudar. Para o primeiro caso, tais resultados devem-se ao fato de

que segundo Mincer (1974), níveis educacionais mais elevados implicam em maior estoque de capital humano para um indivíduo, o que por sua vez resulta em maiores salários. Adicionalmente, como demonstrado por Knaul (2001), um aumento na renda mensal domiciliar reduz a necessidade da contribuição financeira da criança para a renda domiciliar. Logo, essa dispõe de mais tempo a ser alocado em sua escolarização. Além disso, o maior nível educacional da pessoa de referência faz com que ela tenha maior percepção a respeito da importância da educação na formação de um indivíduo, em especial seus dependentes, como exposto por Emerson e Souza (2007), Khanam (2008) e Nogueira (2004), fazendo com que esta variável seja determinante para a maior frequência escolar da criança.

A variável que denota o número de pessoas no domicílio foi estatisticamente significativa apenas para explicar a probabilidade de que criança trabalhe, relacionando-se de maneira negativa. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que, *ceteris paribus*, em famílias mais numerosas pode haver mais pessoas que estejam na idade apta ao trabalho, sendo os provedores de renda, de modo que não haja necessidade de que a criança exerça atividades laborais. Neste sentido, Emerson e Souza (2007) apontam que famílias mais numerosas implicam em menor probabilidade de que recaia sobre as crianças a responsabilidade dos cuidados com o domicílio ou com a própria família.

A variável *Urbano* mostrou-se estatisticamente significativa, também apenas para explicar a probabilidade de a criança trabalhar, implicando que residir no meio urbano em detrimento ao meio rural reduz as chances de que a criança realize atividades laborais. Tais resultados vão ao encontro do que foi observado por Emerson e Souza (2003) e Cummings (2016), uma vez que o trabalho infantil é um “fenômeno” observado em maior magnitude no meio rural, onde a mão de obra familiar é tradicionalmente empregada para a produção de subsistência e comercialização. Assim, é natural verificar que residir no meio urbano exerce influência negativa na probabilidade de uma criança trabalhar, o que justifica o sinal estimado para a variável.

A idade é outra variável estatisticamente significativa para determinar as chances de um indivíduo entre 5 e 13 anos trabalhar. Os resultados estão de acordo com o que foi observado por Patrinos e Psacharopoulos (1995) e Cummings (2016), que concluem que com o avançar da idade, a criança torna-se mais propensa a

trabalhar devido ao seu maior desenvolvimento físico para atividades manuais em relação às crianças menores. Cabe ainda salientar que as crianças mais velhas são responsáveis pelos cuidados com a casa e de membros dependentes da família, em especial irmãos menores. A idade também é determinante para a probabilidade de que uma criança estude, uma vez que com o avançar da idade torna-se mais explícita a importância de o menor frequentar uma instituição de ensino formal, como apresentado por Conlisk (1969).

No presente estudo, o gênero da criança se mostra relevante para explicar a probabilidade de que ela exerça atividades laborais, relacionando-se de maneira negativa com o “fenômeno”, isto é, ser menino faz com que as crianças possuam menor propensão ao trabalho. Este resultado pode parecer contra intuitivo, dadas as evidências presentes na literatura que apontam a maior probabilidade de indivíduos do gênero masculino trabalharem. Como exposto na subseção de análise descritiva, tal resultado deve-se, entretanto, ao fato de que parte grande parte das atividades laborais exercidas por crianças presentes na amostra considerada serem domésticas, isto é, relacionadas aos cuidados com os domicílios, que são, segundo Kassouf (2007) e Burra (1997), tipicamente femininas.

Por fim, com o intuito de realizar uma análise apropriada da magnitude pela qual as variáveis explicativas exercem influência sobre as probabilidades de que as crianças trabalhem é necessário estimar os efeitos marginais dos coeficientes no modelo, como apresentado na Tabela 6. Como descrito na seção metodológica, devido ao tempo da criança poder ser empregado em trabalho e/ou estudo, deve-se analisar as probabilidades para quatro cenários, sendo eles a criança “trabalha e estuda”, “trabalha e não estuda”, “não trabalha e estuda” e, por fim, “não trabalha e não estuda”.

No geral, é possível observar que o fato de o chefe de domicílio ser mulher impacta significativamente nas probabilidades em dois cenários: a) da criança ou adolescente trabalhar e estudar, onde exerce efeito positivo; b) da criança ou adolescente não trabalhar e estudar, com efeito negativo. Ou seja, em lares chefiados por mulheres existe uma maior probabilidade da criança e/ou adolescente realizarem as duas atividades, ao passo em que a probabilidade de apenas estudar é menor.

Os anos de estudo da pessoa de referência apresentam efeito marginal significativo e positivo no cenário em que a criança ou adolescente não trabalha e estuda. Por sua vez, nos demais cenários o efeito foi significativo, mas negativo. O número de pessoas residentes no domicílio tem efeito significativo e negativo na probabilidade de uma criança ou adolescente trabalhar e estudar, mas impacta significativamente de forma positiva nas chances de a criança não trabalhar e estudar. Além disso, o fato de a criança residir em área urbana possui efeito marginal negativo sobre a probabilidade de que ela trabalhe e estude, ao passo que tem influência positiva sobre as chances de a criança não trabalhar e estudar.

A idade da criança ou adolescente apresenta impacto positivo e significativo sobre a probabilidade de a mesma trabalhar e estudar, ou seja, quanto mais velha ou mais jovem a criança, maiores as chances de que ela exerça as duas atividades conjuntamente. Nos demais cenários, a idade da criança aparece com efeito significativo, mas negativo.

Por fim, o gênero da criança ou adolescente configura-se um fator determinante na probabilidade em três cenários: a) trabalhar e estudar; b) trabalhar e não estudar e c) não trabalhar e estudar. Nos dois primeiros cenários, ser do gênero masculino diminui a probabilidade de se exercer atividades laborais, e como já foi exposto anteriormente, este resultado pode estar relacionado ao fato de que a maioria das crianças presentes na amostra, que realizavam atividade laboral, desempenham atividades domésticas, que são comumente realizadas por indivíduos do gênero feminino. Já no cenário em que a criança não trabalha e estuda, ser do gênero masculino influencia positivamente as chances de que apenas estude.

Tabela 6 - Efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a probabilidade de quatro distintos cenários para as crianças (Trabalhar e Estudar, Trabalhar e Não Estudar, Não Trabalhar e Estudar, Não Trabalhar e Não estudar).

Variável	Efeito Marginal (dy/dx)			
	Trabalhar e Estudar	Trabalhar e Não Estudar	Não Trabalhar e Estudar	Não Trabalhar e Não Estudar
<i>Mulher como Pessoa de Referência</i>	0,018251** (0,0086951)	-0,0000544 ^{NS} (0,0002285)	-0,0174318** (0,0087152)	-0,0007643 ^{NS} (0,0010416)
<i>Anos de Estudo da Pessoa de Referência</i>	-0,0018092* (0,0009712)	-0,0001591*** (0,0000384)	0,0026122** (0,0009582)	-0,0006434*** (0,0001866)
<i>Pessoa de Referência Ocupada</i>	-0,0137854 ^{NS} (0,0148635)	-0,0001821 ^{NS} (0,000349)	0,0143662 ^{NS} (0,0148869)	-0,0003984 ^{NS} (0,0015235)
<i>Número de Pessoas no Domicílio</i>	-0,0238058*** (0,0029935)	-0,0000963 ^{NS} (0,0000661)	0,023636*** (0,0029883)	0,0002659 ^{NS} (0,0002762)
<i>Renda</i>	0,0006596 ^{NS} (0,0049874)	-0,0001383 ^{NS} (0,0001372)	0,0001032 ^{NS} (0,0049816)	-0,000624 ^{NS} (0,0005592)
<i>Urbano</i>	-0,0402498*** (0,0079471)	-0,0003136 ^{NS} (0,0002313)	0,040774*** (0,0079304)	-0,0002102 ^{NS} (0,0010034)
<i>Idade</i>	0,0715024*** (0,0012883)	-0,0001935** (0,0000688)	-0,0683976*** (0,0012998)	-0,0029094*** (0,0002204)
<i>Gênero</i>	-0,1130032*** (0,0067113)	-0,0005312** (0,0002157)	0,1125967*** (0,0067521)	0,0009374 ^{NS} (0,0009975)

Fonte: Elaboração própria.

Número de observações: 59.887

Notas: * = $p < 0,01$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,1$ e NS indica não significância; Erros padrão entre parênteses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção precoce da criança ou adolescente no mercado de trabalho passa a ser entendida como prejudicial para o aprendizado e desenvolvimento físico dos mesmos à medida em que pesquisas de diversas áreas do conhecimento, incluindo as Ciências Econômicas, passam a analisar as consequências da atividade laboral para os menores. Além dos estudos sobre as consequências do envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho, diversos estudos são produzidos no intuito de verificar quais fatores socioeconômicos e associados ao contexto familiar podem ter impacto sobre esse “fenômeno”.

Dentro do contexto enunciado, o presente trabalho objetivou verificar se o gênero do chefe de família influencia a probabilidade de um menor inserir-se precocemente no mercado de trabalho e evadir-se do ambiente escolar no Brasil no ano de 2016. De modo geral, os resultados do modelo econométrico indicaram que o fato do chefe de família ser do gênero feminino possui efeito estatisticamente significativo sobre as probabilidades da criança ou adolescente trabalharem, mas não exerce impacto sobre a probabilidade de que eles frequentem a escola. Com o aporte da literatura, é possível esperar que nos lares chefiados pelas mulheres exista uma maior vulnerabilidade socioeconômica, seja pela ausência de mais um provedor de recursos financeiros, ou pela discriminação sofrida por estas no mercado de trabalho, vide as maiores dificuldades para encontrar emprego e os salários comparativamente menores, e por isso, que haja necessidade de inserir os menores no mercado de trabalho de forma a obter um nível de renda familiar maior para prover os meios de subsistência.

Ainda foi possível observar que o nível de escolaridade dos pais tem efeito significativo e negativo sobre a probabilidade de o menor trabalhar e positivo sobre as chances de que ele frequente a escola; famílias com maior número de pessoas no domicílio são menos propensas a inserirem os menores no mercado de trabalho; e residir no meio urbano também contribui negativamente para as chances de que a criança ou adolescente trabalhem. Adicionalmente, as crianças mais velhas na amostra se mostraram mais propensas a exercerem atividade laboral, bem como as crianças do sexo feminino. Como indicado na seção anterior, este último resultado pode estar relacionado a grande presença de crianças realizando atividade

doméstica na amostra, que por sua vez, é exercida majoritariamente por indivíduos do sexo feminino.

A partir do que fora exposto, percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas que tenham como objetivo a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Mais do que tornar tal prática ilegal e configurá-la como crime, é necessário promover a fiscalização a fim de coibir a prática e erradicá-la, assim como fornecer suporte às famílias para que estas não precisem da contribuição financeira dos menores e possam alocar o tempo disponível das crianças para o estudo e atividades de lazer, visando seu completo desenvolvimento físico e mental, de modo a prepará-las para alcançarem maiores níveis de qualificação e uma condição de vida adequada.

Além disso, é necessária a implementação de políticas educacionais voltadas para a formação e qualificação dos jovens e adultos que futuramente venham a constituir uma família, para que estes possam ter condições adequadas de emprego e renda necessária para assistir seus filhos, bem como estimular outras políticas de assistência social em conjunto com o Programa Bolsa Família.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a análise do trabalho infantil no Brasil para outros anos, a fim de comparar a dinâmica temporal do fenômeno, uma vez que o presente trabalho utilizou a base da PNADC para 2016, que continha especificamente um suplemento de trabalho infantil. Por fim, sugere-se um estudo específico sobre os lares brasileiros chefiados por mulheres e quais características socioeconômicas poderiam favorecer a inserção das crianças no mercado de trabalho, uma vez que a partir da base de dados utilizada não foi possível analisar detalhadamente a estrutura dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.

BERQUÓ, E. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA. 2001, Itu. **Anais...** Itu: Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas, 13-16 mar. 2001.

BURRA, N. **Born to Work: Child Labour in India**, Delhi. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BUVINIĆ, M.; GUPTA, G. R. Female-headed households and female-maintained families: are they worth targeting to reduce poverty in developing countries?. **Economic development and cultural change**, v. 45, n. 2, p. 259-280, 1997.

CARDOSO, E.; SOUZA, A. **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil**. Nashville: Vanderbilt University, 2004. (v. 407).

CONLISK, J. Determinants of school enrollment and school performance. **Journal of Human Resources**, p. 140-157, 1969.

CUMMINGS, P. M. Child Labor and Household Composition: Determinants of Child Labor in Mexico. **Asian Journal of Latin American Studies**, v. 29, n. 3, p. 29-54, 2016.

DEGRAFF, D. S.; BILSBORROW, R. E. **Female-headed households and family welfare in rural Ecuador**. Journal of Population Economics, v. 6, n. 4, p. 317-336, 1993.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. Child labor, school attendance, and intrahousehold gender bias in Brazil. **The World Bank Economic Review**, v. 21, n. 2, p. 301-316, 2007.

EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. Is there a child labor trap? Intergenerational persistence of child labor in Brazil. **Economic development and cultural change**, v. 51, n. 2, p. 375-398, 2003.

GAZALEH, K. A.; BULBUL, L.; HEWALA, S.; NAJIM, S. Gender, Education and Child Labour in Egypt. In: **International Programme on the Elimination of Child Labour** (IPEC). Geneva, 2004.

HELAL, D. H. Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho Brasileiro: Padrões e Tendências. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, n. 1. São João Del Rei, 2010.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova economia**, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.

KASSOUF, A. L. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. **Economia**, v. 2, n. 2, p. 549-586, 2001.

KHANAM, R. Child labour and school attendance: evidence from Bangladesh. **International Journal of Social Economics**, v. 35 n. 1, 2, p. 77-98, 2008.

KNAUL, F. M. **The impact of child labor and school dropout on human capital: Gender differences in Mexico**. The economics of gender in Mexico: Work, family, State, and market. 2001. p. 46-84

MENDES, M. A. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 13.,. **Anais...** 2002.

MENDES, M. A. Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 14., **Anais...** p. 1-11, 2016.

MINCER, J. **Progress in Human Capital Analysis of the distribution of earnings.** National Bureau of Economic Research, 1974.

NOGUEIRA, C. S. R. S. Trabalho infantil e famílias em regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 21, n.1, p. 157–160, 2004.

OKURUT, F. N.; YINUSA, D. O. Determinants of Child Labour and Schooling in Botswana: Evidence from 2005 / 2006 Labour Force Survey. **BOJE: Botswana Journal of Economics**, p. 15-33, 2009.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. Educational performance and child labor in Paraguay. **International Journal of Educational Development**, v. 15, n. 1, p. 47-60, 1995.

PSACHAROPOULOS, G. Child Labour Versus Educational Attainment: Some Evidence from Latin America. **Journal of Population Economics**, v. 10, n.4, 377-386. 1997.

SILVA, P. L. do N.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 659-670, 2002.

WAHBA, J. The influence of market wages and parental history on child labour and schooling in Egypt. **Journal of Population Economics**, v. 19, n. 4, p. 823-852, 2006.

WEBBINK, E.; SMITS, J.; JONG, E. de. **Hidden child labour:** Determinants of housework and family business work of children in 16 developing countries. Nijmegen Center for Economics (NiCE) Working Paper. 2010. p.10-110.